



PARECER TÉCNICO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (RAS) Nº 21/2019

PA COPAM Nº: 3509/2005/007/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo **DEFERIMENTO**

EMPREENDEDOR:	Laerte Alves de Oliveira	CNPJ/CPF:	171.551.186-72
EMPREENHIMENTO:	Rede Dom Pedro de Postos Ltda.	CNPJ/CPF:	20.415.295/0007-60
MUNICÍPIO:	Salinas	ZONA:	Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

1 – Captação de água superficial em área de conflito por uso de recursos hídricos

2- Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.

Coordenadas (SIRGAS 2000) Lat: 16° 08' 05,39" / **Long:** 42° 15' 43,72"

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	FATOR LOCACIONAL RESULTANTE
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	3	0

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Daniela de Cassia Galvão – Eng. Ambiental

CREA nº 114012/D

Gabriel Marques Costa – Eng. Mecânico

CREA nº 4805659/D

Rafael Soares Magalhães – Eng. Segurança do Trabalho

CREA nº 5034037/D

Arnaldo do Nascimento Vieira – Geólogo

CREA nº 10610/D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Ozanan de Almeida Dias
Gestor Ambiental

1.216.833-2

De acordo:

Sarita Pimenta de Oliveira
Diretora Regional de Regularização Ambiental

Santa P. Oliveira



PARECER TÉCNICO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA-RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – LAS/RAS

1. Da análise do processo

1.1 Formalização do processo

O empreendedor Rede Dom Pedro de Postos Ltda., localizado no município de Salinas/MG, requer a licença ambiental para a atividade de postos revendedores de combustíveis, com atividades secundárias de restaurante, borracharia, lavanderia, auto elétrica e mecânica de automóveis, sendo essas atividades secundárias desenvolvidas por terceiros.

O posto de combustível possui o SASC com a capacidade de 135 m³, sendo enquadrado na Classe 3, por apresentar Porte M e Potencial poluidor M conforme DN COPAM nº 217/2017. Tendo em vista que o empreendimento possuía AFF e uma LOC emitida anteriormente, os critérios locacionais incidentes tiveram peso zero, não tendo afeitos no enquadramento perante a modalidade do licenciamento ambiental. Diante disso, o processo de licenciamento ocorreu na modalidade simplificada por meio da apresentação do Relatório Ambiental Simplificado - RAS formalizado em 07/03/2019.

1.2 Análise técnica

O posto de combustível está localizado às margens da Rodovia BR 251, Km 309, em zona de expansão urbana, portanto, em área não urbanizada. Sendo assim, uma vez que o empreendimento está localizado em área não urbanizada e em local com alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, foi apresentado o estudo Espeleológico.

O estudo espeleológico do empreendimento denominado REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA, foi elaborado pelo Geólogo Arnaldo do Nascimento Vieira CREA-10614-D, com anotação de responsabilidade técnica - ART 14201900000005044228. A região em estudo está situada a leste da serra do espinhaço, nos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, em domínios dos cinturões Araçuaí e Atlântico. As características do relevo estão fortemente associadas às características geológicas. A Formação Salinas na área é constituída por metaconglomerados, meta-arenitos e metapelitos (quartzo-mica xistos) com acamamento e laminação planoparalelos, marcados por variações nas proporções de mica e quartzo/feldspato.

Em conformidade com a metodologia e utilizando do Mapa de Potencialidade de Ocorrências de Caverna do Brasil (CECAV, 2012 – Base de Dados IDE- Sisema/MG), o perímetro do empreendimento é classificada com Grau de Potencialidade de Ocorrência Muito Alto. Deste modo, tendo a Fazenda Olaria uma área pequena, fez-se necessário a realização de uma análise mais específica da Potencialidade Espeleológica. Para tanto, utilizou-se as informações obtidas das visitas em campo e os dados locais dos mapeamentos geológico e geomorfológico. As rochas da Formação Salinas, constituídas de quartzito, metagrauva, metaconglomerado e eventualmente lateríticas, predominantes em toda área do empreendimento, são classificadas com Grau de Potencialidade de Ocorrência Alto. A malha de caminhamentos, do estudo em questão, é composta por linhas que somaram 12,328 km percorridos. Considerando toda a ADA, juntamente com a faixa do buffer de 250 m, tem-se que o adensamento médio da prospecção na área de estudo foi de 6,84 /km².

Mesmos nos afloramentos rochosos, não foram localizadas nem comprovadas feição espeleológica. A prospecção não gerou evidências para possíveis ocorrências espeleológicas. Sendo assim, o estudo atesta que os caminhamentos realizados foram suficientes para assegurar a inexistência de cavidades naturais e/ou indícios espeleológicos na ADA e seu entorno de 250 metros.

Quanto ao estudo do critério locacional de captação de água superficial em área de conflito



por uso de recursos hídricos, entende-se que esse estará atrelado ao processo de renovação da outorga do empreendimento, portanto, não sendo necessário a sua apresentação. Além disso, entende-se que essa avaliação ocorrera nos processos anteriores de licenciamento ambiental e de outorga de recurso hídrico. O empreendimento realiza a captação de água no rio Bananal afluente do rio Jequitinhonha, sendo essa a sua única fonte de abastecimento de água. A captação encontra-se em processo de renovação através do PA n° 5974/2018.

Conforme informações apresentadas pelo empreendedor nos estudos e documentos integrantes do processo de LAS RAS, o posto de combustíveis opera com capacidade de armazenamento subterrâneo de 135 m³ de combustível. Ao todo são 07 tanques de parede dupla, sendo que 04 foram instalados no de 2018, 02 em 2001 e 01 em 2006.

Os tanques e equipamentos pertinentes para o abastecimento estão equipados com dispositivos de controle ambiental como boca de visita, *sump* nas descargas, bombas e filtros, assim como canaletas na pista de abastecimento, descarga selada, válvula ante-transbordamento, caixa separadora de água e óleo – SAO, cheque-valve, etc.

O teste de estanqueidade realizado pelo Eng. Mecânico Gabriel Marques Costa CREA n° 222008/D atestam a inexistência de vazamentos nos tanques e a investigação ambiental preliminar realizada pelo Eng. Ambiental Helem Almeida Vaz Ramos CREA n° 130186/D indicam a inexistência de contaminação por combustíveis.

Quanto aos efluentes líquidos gerados no empreendimento (área de abastecimento), após passarem pelo Sistema Separador de Água e Óleo – SAO, que por sua vez retém a fração oleosa e os resíduos sólidos eventualmente presentes, são lançados no solo através de sumidouros. Já os efluentes domésticos são encaminhados para uma estação de tratamento de efluentes – ETE composta por tanque séptico, filtro anaeróbio, sumidouro e vala de infiltração. O projeto da ETE foi realizado pelo Eng. Civil Wallace Ladeia Costa CREA n° 213307/D e segundo o responsável técnico o projeto atende as NBR's n° 7229/93 e n° 13969/97.

Na SAO periodicamente é separada o óleo, coletado e acondicionado para serem recolhidos pela empresas LWART Lubrificantes LTDA. A borra oleosa e parte sólida retida na SAO são encaminhadas para a SERQUIP Tratamento de Resíduos MG Ltda. Ambas as empresas estão aptas a realizar esses serviços e encontram-se regularizadas ambientalmente.

No que diz respeito à disposição dos resíduos sólidos, os Classe II A e Classe II B são recolhidos pela prefeitura, contudo, cabe salientar que o município não possui aterro sanitário. A destinação ou disposição dos resíduos deverá ser realizada em empreendimentos regularizados ambientalmente. Nesse sentido será condicionada ao empreendimento a realização da destinação ambientalmente correta de todos os resíduos sólidos gerados, em consonância com a Lei n° 18.031, de 12 de janeiro de 2009.

Os resíduos Classe I (perigosos) como embalagens de óleo e lubrificantes e filtros de óleo, bem como os resíduos sólidos contaminados são encaminhados para SERQUIP, empresa regularizada ambientalmente que realiza incineração de resíduos. Na borracharia, segundo o RAS, somente presta-se serviço de reparos e troca de pneus, onde após a troca o cliente leva a carcaça do pneu substituído.

No RAS não foi informado à geração e destinação de resíduos recicláveis, portanto, será condicionada ao empreendimento a implantação de um programa de gerenciamento de resíduos sólidos com vistas a dar a destinação ambientalmente correta dos resíduos e intensificar a reciclagem dos resíduos. Os recicláveis podem ser doados para cooperativas de reciclagem ou destinados a empresas de reciclagem, ficando a cargo do empreendimento manter a documentação comprobatória das destinações.

Segundo o RAS, os ruídos gerados pela operação de equipamentos e instalações do empreendimento tendem a se apresentar dentro dos níveis de pressão sonora admissíveis,



uma vez que as fontes geradoras do empreendimento se situam em área aberta. A laudo de ruído ambiental elaborado pelo Eng. de Segurança do Trabalho Rafael Soares Magalhães CREA nº 181716/D não identificou níveis de ruídos que ultrapassem o limite estipulado na legislação.

Com relação aos riscos de acidentes decorrentes de falha humana/operacional (incêndio, explosões e derramamentos), este serão controlado através da capacitação técnica e treinamento dos funcionários envolvidos. O PAE – Plano de Atendimento de Emergência apresenta os procedimentos de operação e manutenção de combustíveis e o respectivo detalhamento das medidas de segurança. Ademais, o empreendimento possui Alto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB válido até a data de 22/02/2024.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

1.2 Conclusão

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no RAS, sugere-se o **DEFERIMENTO** da Licença Ambiental Simplificada (PA nº 3509/2005/006/2018) ao empreendimento Rede Dom Pedro de Postos Ltda., localizado no município de Salinas/MG, para atividade de postos revendedores de combustível, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



Anexo I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Rede Dom Pedro de Postos Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Elaborar e implantar um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS para as atividades inseridas na área do empreendimento com vistas a proporcionar a gestão e destinação ambientalmente correta de todos os resíduos, bem como potencializar a reciclagem.	60 dias para elaboração do PGRS Execução durante a vigência da Licença.
03	Realizar a destinação ambientalmente correta de todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento, em consonância com a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.	Durante a vigência da licença
04	Seguir executando programa de treinamento dos frentistas e demais funcionários do empreendimento no que se refere aos quesitos Segurança e Meio Ambiente, Brigada de Incêndio e Plano de Atendimento a Emergências para Postos de Combustíveis.	Durante a vigência da Licença
05	Apresentar a renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB	Até a data de vencimento do AVCB.
06	Realizar as trocas dos tanques conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007. A retirada, transporte e destinação final do tanque removido da instalação subterrânea deverão ser feitos conforme a NBR 14.973 e a legislação ambiental vigente. Apresentar relatório técnico com ART, do atendimento a essa condicionante, em cada troca de tanque.	Durante a vigência da Licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Rede Dom Pedro de Postos Ltda.

1. Efluentes Líquidos

Enviar **anualmente** à SUPRAM-NM, sempre em janeiro do ano subsequente, os resultados das análises efetuadas de acordo com a tabela abaixo, acompanhada com um laudo técnico conclusivo a respeito da eficiência do tratamento. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas análises.

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e saída do conjunto Tanque Séptico e Filtro anaeróbio.	DBO, DQO, pH, óleos e graxas, substâncias tensoativas, temperatura, nitrogênio total, nitrato total, sódio total.	Semestral
Em cada um dos Sistemas de Separação de Água e Óleo – SAO	Temperatura, DBO, DQO, pH, óleos e graxas, substâncias tensoativas.	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à SUPRAM-NM, sempre em janeiro do ano subsequência, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



3. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar anualmente à SUPRAM-NM, sempre em janeiro do ano subsequente, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.

4. Teste de Estanqueidade.

Realizar e encaminhar à SUPRAM-NM, sempre em janeiro do ano subsequente*, relatório técnico do teste de estanqueidade dos tanques e tubulações, de acordo com a norma técnica NBR nº 13.784/2006. Apresentar o relatório técnico relatando a situação dos equipamentos e ART do Responsável Técnico pelos ensaios.

***A periodicidade do teste deverá ser realizada conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 108, de 24 de maio de 2007.**



PARECER TÉCNICO Nº 44/2019 – RETIFICAÇÃO DO PT Nº 21/2019 LAS/RAS

PA COPAM Nº: 3509/2005/007/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo **DEFERIMENTO**

EMPREENDEDOR:	Laerte Alves de Oliveira	CNPJ/CPF:	171.551.186-72
EMPREENDIMENTO:	Rede Dom Pedro de Postos Ltda.	CNPJ/CPF:	20.415.295/0007-60
MUNICÍPIO:	Salinas	ZONA:	Urbana

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- 1 – Captação de água superficial em área de conflito por uso de recursos hídricos
- 2- Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio.

Coordenadas (SIRGAS 2000) Lat: 16° 08' 05,39" / **Long:** 42° 15' 43,72"

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	FATOR LOCACIONAL RESULTANTE
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	3	0

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Daniela de Cassia Galvão – Eng. Ambiental

CREA nº 114012/D

Gabriel Marques Costa – Eng. Mecânico

CREA nº 4805659/D

Rafael Soares Magalhães – Eng. Segurança do Trabalho

CREA nº 5034037/D

Arnaldo do Nascimento Vieira – Geólogo

CREA nº 10610/D

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Ozanan de Almeida Dias
Gestor Ambiental

1.216.833-2

De acordo:

Sarita Pimenta de Oliveira
Diretora Regional de Regularização Ambiental

1.475.756-1



PARECER TÉCNICO Nº 44/2019 – RETIFICAÇÃO DO PT Nº 21/2019 LAS/RAS

1. Da retificação

O empreendedor Rede Dom Pedro de Postos Ltda., na data de 07/03/2019 formalizou o processo de Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, o qual foi deferido em 15/03/2019 com condicionantes.

Contudo, no PT nº 21/2019 e nº 0134872/2019 (Siam) que subsidiou a decisão da licença ambiental apresenta um erro quanto à data de instalação de dois tanques de armazenamento de combustível, sendo, portanto, necessário a sua retificação.

No PT é informada a instalação de 02 tanques em 2001, sendo que na verdade são 02 tanques em 2011. Ocorreu um erro de digitação quando informado o ano de 2001, influenciando no cumprimento das condicionantes como testes de estanqueidade e troca de tanques.

2. Recomendações

Diante de todo o exposto, torna-se necessário a retificar o PT no que diz respeito a data de instalação de 02 tanques de armazenamento de combustível. Sendo assim, deve-se retificar a informação de 02 em 2001 para 02 em 2011, não havendo outras alterações a serem feitas.